

FANTÁSTICO - TV GLOBO, 14/07/2002.
Reportagem sobre “Crime Organizado”

A experiência italiana na luta contra o crime organizado

Em mais uma semana marcada por ações do crime organizado no Brasil, o Fantástico conta a história de um país que enfrentou e venceu essa guerra. A repórter Ilze Scamparini mostra como a Itália combateu as quadrilhas que controlavam o tráfico de drogas, matavam juízes, policiais e jornalistas, ameaçavam a sociedade com atentados brutais.

Foram muitas ações espetaculares. A polícia italiana não deu trégua. Vasculhou campos, invadiu casas, descobriu grandes carregamentos de droga, patrulhou os mares do sul. Os mafiosos continuaram controlando o tráfico.

Entre o fim dos anos 70 e o começo dos 90, a máfia matou milhares de homens, dissolveu os seus corpos em tambores de ácido ou simplesmente deixou-os na solidão da rua. Juízes, promotores, políticos e jornalistas morreram por denunciar a máfia e por combatê-la.

Há exatos dez anos, na estrada que liga Palermo a Capaci, a máfia cavou a sua ruína. Fez saltar pelos ares o herói que investigava o crime organizado. O juiz Giovanni Falcone morreu numa ponte. A dinamite matou também a mulher dele e os três seguranças.

Falcone morreu porque uniu a justiça italiana, juntou as peças do quebra-cabeça do crime organizado. No mesmo ano de 92, o herdeiro da luta de Falcone, o juiz Paolo Borsellino, também foi assassinado. Um carro bomba explodiu na frente da casa da mãe do procurador, em Palermo. Pedacos de carne humana chegaram ao último andar do prédio.

A máfia demonstrou força. Mas a Itália não era a mesma de antes. O povo começou a derrubar a lei do silêncio, exigiu o fim da impunidade e da covardia.

Acabar com o crime organizado pode não ser fácil. Com muito esforço e determinação, a Itália conseguiu calar a máfia mais famosa do mundo: a cosa nostra. E conseguiu não só porque fez cumprir a lei, mas também porque criou novas leis, desafiando a constituição do país. O governo derrubou cada obstáculo, criou decretos e, com cuidado, pôs o exército na rua.

O exército que ocupou a cidade não teve poder de polícia. Depois da morte do juiz Falcone, os soldados desembarcaram em Palermo apenas para garantir a ordem e a segurança. Foi decretado o estado de emergência. Quase um ano depois, o exército voltou pra casa.

Um dos responsáveis pela comissão parlamentar de inquérito que investigou tragédias de máfia e terrorismo, o deputado Walter Biella, foi contra a presença do exército. Mas mudou de opinião. “O exército controlou os edifícios públicos. Foi uma presença que deu aos cidadãos e aos policias a sensação de que eles não estavam abandonados”.

E aqui no Brasil? Deveriam as forças armadas entrar na luta contra o poder paralelo dos bandidos?

“O momento seria muito oportuno para que o exército tivesse essa posição, pudesse contribuir nesse aspecto de vigilância”, explica o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves.

"Em determinadas situações é perfeitamente cabível que lhes confirmem prerrogativas de controle, por exemplo, das fronteiras, o que foi feito na Itália. O problema é que você tem que evitar o envolvimento do soldado, do homem das forças armadas com a possibilidade de uma atração perigosa, que o envolva na corrupção", opina Michel Misse, do **Núcleo de Estudos da Violência da UFRJ**.

Uma medida que deu certo na Itália foi a lei dos arrependidos. A lei oferecia vantagens aos criminosos que colaborassem com a polícia.

O primeiro mafioso arrependido, Tomaso Buscheta, revelou os segredos da cosa nostra. Desde o juramento de honra, feito diante da imagem de uma santa, até os nomes dos padrinhos, os poderosos chefões.

Um a um, os criminosos foram identificados e levados para a cadeia. Rostos insuspeitos apareceram como chefes de famílias mafiosas. Outros criminosos se arrependeram e tiveram a pena reduzida. Hoje o governo italiano mantém 1.600 colaboradores da justiça. Dá proteção às famílias, quatro mil pessoas. Muitos recebem salário.

"Acredito que um programa muito sério de proteção a testemunhas com incentivos tanto penais quanto materiais para denunciante seja um dos principais pontos que podem ser aproveitados da experiência italiana", observa Michel Misse.

O parlamento discutiu até a exaustão medidas de emergência. Um remédio para um câncer tão disseminado. Cento e nove prefeitos foram afastados porque mantinham ligações com a máfia. A prisão preventiva por 48 horas sem mandado judicial foi liberada naqueles anos difíceis. Uma lei de exceção, que hoje não está mais em vigor.

Autorizar a polícia fazer prisões sem ordem judicial foi uma medida extrema adotada na Itália. Isso seria aceitável no Brasil?

“Em determinados casos, em determinadas situações, pode efetuar prisões por um curto período e, depois, referendar essa diligência ao juiz. Creio que seria um avanço”, recomenda o delegado Getúlio Bezerra, coordenador da força tarefa do Rio de Janeiro.

"Somos absolutamente contra, porque um dos fundamentos do crime organizado é a corrupção e a corrupção vai exatamente dentro da área que seria encarregada de fazer este tipo de prisão", opina Rubens Aprobato, presidente da OAB.

"Ou o judiciário se torna rápido para conceder a ordem de prisão ou então, não havendo essa possibilidade, a gente tem que enfrentar essa possibilidade, muito dolorosa, muito problemática, que vai ser necessária se o crime radicalizar", diz Roberto Aguiar.

"Precisamos aqui de um maior controle do poder de polícia e principalmente de um maior controle da corrupção dos agentes do estado", explica Misse.

O escritor Giani Cipriani conta que foi preciso manter os mafiosos na cadeia, mesmo sem julgamento. Para evitar as manobras de uma justiça lenta, um decreto proibiu o habeas corpus. Criou-se até um novo conceito de delito: a tolerância à prática mafiosa. Os parentes de criminosos foram acusados. Algumas esposas condenadas.

Foi preciso ir ainda mais além. Mudou-se o código penal. Prisão perpétua para mafiosos e seqüestradores.

Condenados para o resto da vida, os chefões da máfia começaram a comandar o crime de dentro dos cárceres, como também acontece no Brasil. A Itália então criou uma lei duríssima, que foi aceita pela sociedade e até pelas organizações de defesa dos direitos humanos: o isolamento total dos mafiosos.

Sozinho dentro da cela e até no banho de sol. Sem direito a um telefonema. Sem nenhum contato com outros presos. A lei 41-bis previa poucas visitas e só dos familiares íntimos. Um vidro de proteção impedia qualquer contato físico. As famílias de mafiosos fizeram protestos, juraram vingança, mas já não tinham a força de antes.

"Tem que haver um tratamento diferenciado, mais duro, mais rigoroso, porque por trás deles existe muito dinheiro, muita corrupção e muita ameaça", diz Roberto Aguiar.

A máfia sofreu outro golpe, desta vez no seu patrimônio. Apartamentos e fortalezas foram seqüestrados e doados para obras sociais. O governo indenizou as vítimas da máfia que perderam emprego ou negócio, e que colaboraram com a justiça.

A Itália conseguiu o que parecia impossível. Dos grande delitos aos pequenos crimes cotidianos. Demorou décadas, mas o país entendeu que o remédio existe. O câncer não é incurável.

Assista o vídeo em:

<http://fantastico.globo.com/Fantastico/0,19125,TFA0-2142-5685-26820,00.html>

FONTE:

Disponível Fantástico - Globo.com - <www.globo.com/fantastico>
Acesso em 09/03/2004.